



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

10/11/2013



INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. SEM ASSUNTO.....	1
1.2. TJ-MA 200 ANOS.....	2
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. EVENTOS.....	3
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA.....	4
3.2. DESEMBARGADORES.....	5
3.3. SEM ASSUNTO.....	6 - 7
3.4. TJ-MA 200 ANOS.....	8 - 13
4. JORNAL EXTRA	
4.1. EVENTOS.....	14
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. JUÍZES.....	15
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. EVENTOS.....	16
6.2. TJ-MA 200 ANOS.....	17 - 19
6.3. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	20
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	21
7.2. DECISÕES.....	22
7.3. DESEMBARGADORES.....	23
7.4. EVENTOS.....	24 - 25
7.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	26 - 30
7.6. TJ-MA 200 ANOS.....	31 - 36

3º. - PICANTO - CÂNDIDO MENDES - É uma cidade localizada na região da Baixada, e tem conexo através de seus espelhos de nomes vivido e que fizeram com que a cidade tornasse uma cidade entre outras destacadas na história das cidades maranhenses. E neste contexto a política é uma permanente difusão que se colocar entre figuras que leva ao meio da sua população os anseios e os construtores de grupos que se fazem presente no desenvolvimento e ajuda do município de Cândido Mendes. Ali já passaram muitos prefeitos e todos fizeram de um pouco a cidade, porém existem aqueles que fizeram um pouco a mais, que premiou no contexto social, político, administrativo e econômico... Convênio com prefeitura de Cedral. Foi na tarde da terça-feira, 05, passado que o deputado Roberto Costa esteve em Cedral participando da assinatura de Convênio entre a Prefeitura de Cedral e Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (Secid). A assinatura aconteceu na sede da própria secretaria e contou com a participação do secretário Hildo Rocha e do prefeito Fernando Cuba... Faleceu nesta semana a culta música - cantora e ex-diretora da Escolar de Música do Maranhão Olga Monhana - levamos os nossos pesar a família ilutada... No dia 6 de novembro a governadora Roseana Sarney esteve inaugurando 81 leitos do Hospital DR. CARLOS Macieira e entregou mais 50 ambulância, e fizeram-se presente profissionais do Hospital, população e secretários de Saúde Ricardo Murad e deputado federal Sarney Filho (PV)...Foi um momento de muita satisfação a população... Esses leitos vão dobra praticamente a capacidade de atendimento da unidade Hospitalar... O deputado Sarney Filho (PV) recebeu no dia 6 de novembro à noite a medalha do bicentenário do Tribunal de Justiça do Maranhão das mãos do seu presidente desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

CCJ debate propostas de redução da maioridade penal

Uma terceira via – tanto racional quanto ponderada – para enfrentar o problema da delinquência juvenil no país. É nesta perspectiva que o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) enxerga a proposta de emenda à Constituição (PEC 33/2012) do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que abre a possibilidade de penalização de menores de 18 anos e maiores de 16 anos pela prática de crimes graves. Ferraço é relator da matéria, que tramita com outras

cinco propostas similares (PECs 20/1990; 90/2003; 74 e 83/2011; e 21/2013) e será debatida, na próxima terça-feira (12), às 14h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ferraço recomenda, em seu relatório, a aprovação da PEC 33/2012 e a rejeição das demais propostas. Ele considerou salutar a oferta de um caminho intermediário para enfrentamento da criminalidade juvenil, quando as outras PECs pregam a redução drástica da maioridade penal como única saída.

“Emito o presente parecer, aprovando a proposta referida (PEC 33/2012), por considerar que ela dá à sociedade um instrumento inteligente e eficaz para que os operadores do Direito Penal, promotores e juízes, possam fazer a distinção entre os casos de criminosos jovens na vida dos quais o ato criminoso consubstancia um infortúnio relacionado à imaturidade e aqueles em que o crime re-

flete uma corrupção irreparável”, justificou Ferraço.

Requisitos

Como fez questão de ressaltar, a concessão da redução da maioridade penal defendida por Aloysio Nunes não será automática. Dependerá do cumprimento de alguns requisitos. Além de ser proposta exclusivamente pelo Ministério Público, deverá ser decidida apenas por instância judicial especializada em questões da infância e adolescência.

SEGURANÇA COM CIDADANIA

Secretário Aluísio Mendes participa de Fórum

O secretário Aluísio Mendes participou, na sexta-feira (8), do I Fórum de Discussão "Segurança com Cidadania". O evento, promovido pelos Conselhos Comunitários de Segurança Pública da Região Metropolitana, reuniu, além dos gestores do Sistema de Segurança do estado, representantes dos 24 conselhos e discutiu, entre vários aspectos, a aplicabilidade de políticas de segurança.

Pela manhã, durante os trabalhos, Aluísio Mendes mostrou às lideranças comunitárias, dados referentes à realidade nacional de segurança pública. Segundo ele, a Região Metropolitana não foge à situação de outros estados e, em alguns ca-

sos, apresenta índices de violência menores em relação a outras capitais, como Fortaleza e Recife. Além destes pontos, foram discutidos a reestruturação e a organização dos Conselhos, importância do concurso público, entre outras temáticas.

"Estes espaços são de suma importância para que possamos, de forma conjunta, traçar estratégias de ação das polícias no enfrentamento à violência. Hoje temos certeza que já avançamos muito no que se refere a desmitificar a visão de que o policial trabalha distante da população. Atualmente, temos o projeto da USC que trabalha em total par-

ceria com a comunidade. Na Vila Luizão, onde foi instalada, já reduzimos mais de 70% o número de ocorrências", pontuou Aluísio Mendes.

Em outro painel realizando no período da tarde, participaram representantes da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Maranhão (OAB/MA), Ministério Público Estadual (MPE) e Tribunal de Justiça (TJ). Ao final do encontro, os Conselheiros de Segurança entregaram às mãos do secretário de Segurança um documento contendo uma agenda de compromissos assinado pelas instituições presentes. O documento contém ações a serem implantadas a curto, médio e

longo prazo.

A conselheira Anamélia Amaral, do bairro Cohatrac, afirmou que a reunião é uma articulação de todas as lideranças de São Luís. "Nosso intuito é que cada instituição assuma seu papel e que nós, cidadãos, possamos participar das decisões", comentou a líder comunitária.

Participaram ainda o secretário adjunto de Desenvolvimento e Articulação Institucional, coronel Antonio Roberto dos Santos Silva; o deputado federal Lourival Mendes, a Ouvidora de Segurança Pública, Elivânia Estrela, além de outras autoridades e lideranças comunitárias.

Justiça

Com o objetivo de apresentar o Programa Integrado de Combate à Violência, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em parceria com Assembleia Legislativa do estado (AL), promove encontro amanhã (11), às 9h, na AL, com representantes de conselhos de segurança comunitária e conselhos tutelares da Região Metropolitana de São Luís. O programa foi lançado em outubro e, além do Tribunal de Justiça e Assembleia Legislativa, conta com a participação do Ministério Público, Secretaria de Segurança do Maranhão e Secretaria de Segurança de São Luís e já recebeu adesão da Fiema, Companhia Vale, Alumar, Fecomércio e Associação Comercial do Maranhão.

Deixa disso

Uma operação delicada e cuidadosa foi iniciada pelo Palácio dos Leões para evitar confrontos desnecessários na base do governo.

Trata-se de convencer os líderes do PMDB para que não deflagrem uma guerra judicial para tomar o mandato do deputado Stênio Resende.

Até porque Resende mostra que deixou o PMDB em junho e que, por isso, o prazo para denunciar a infidelidade partidária já passou.

Transição I

Presidente eleita do Tribunal de Justiça, a desembargadora Cleonice Freire vem dedicando parte do seu tempo a conversas com o presidente Guerreiro Júnior.

Os dois têm trocado figurinhas sobre obras, finanças, quadro de pessoal e outros aspectos administrativos do Poder Judiciário.

O presidente Guerreiro Júnior, absolutamente solícito, atendendo a todos os pedidos de informação da sua sucessora.

Transição II

O mesmo clima de descontração e colaboração está sendo observado na transição em curso na Corregedoria Geral de Justiça.

O corregedor-geral, desembargador Cleones Cunha, tem aberto todas as portas para a corregedora geral de Justiça eleita, desembargadora Nelma Sarney.

Tanto que ela já participou de reunião do Colégio Nacional de Corregedores e foi eleita vice-presidente da entidade.

Ausência de Milson

Na solenidade de outorga de medalhas comemorativas dos 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão, uma ausência foi bastante lamentada.

A de Milson Coutinho. Na condição de escritor e ex-desembargador dedicou-se a um trabalho gigantesco de pesquisa e de levantamento da história do Poder Judiciário do Maranhão, dos tempos coloniais aos de agora.

Não compareceu ao festivo evento por encontrar-se em São Paulo, onde se recupera plenamente de uma nova e delicada cirurgia.

AML homenageada

Quatro membros da Academia Maranhense de Letras foram homenageados pelo Tribunal de Justiça, com medalhas comemorativas aos 200 anos de sua criação.

Os acadêmicos Benedito Buzar, Jomar Moraes, Carlos Gaspar e Sálvio Dino.

Os três primeiros indicados pelo desembargador Lourival Serejo; o último pelo desembargador Kleber Carvalho.

Medalha do TJ para Roseana

Ao comemorar seu segundo centenário, o Tribunal de Justiça do Maranhão homenageou várias personalidades com a Medalha dos 200 anos, a começar pela governadora Roseana Sarney **p . 2**





A governadora Roseana Sarney entre o Corregedor Geral de Justiça, desembargador Cleones Cunha e o atual e a futura presidente do Tribunal de Justiça, desembargadores Antonio Guerreiro Júnior e Cleonice Silva Freire

200 anos de história

O auditório do Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana ficou pequeno para o numeroso público que prestigiou a festa comemorativa aos 200 anos de fundação do Tribunal de Justiça do Maranhão, no dia 4 de novembro. A terceira Corte mais antiga do Brasil promoveu uma cerimônia com pompa e circunstância prestigiada por representantes dos mais variados segmentos da sociedade maranhense.

Presidida pelo desembargador Antonio Guerreiro Junior, a solenidade juntou os poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, lideranças políticas, empresariais, comunitárias e religiosas, muitas delas, como a governadora Roseana Sarney, o senador Edison Lobão Filho, os deputados Sarney Filho e Arnaldo Melo e o prefeito Edivaldo Holanda Junior, homenageadas com a Medalha dos 200 Anos do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Em discurso feito em conjunto com os desembargadores Lourival Serejo e Milson Coutinho, Guerreiro Junior destacou o bicentenário como um marco na história de um tribunal renovado e um dos mais avançados do País.



Roseana Sarney recebe a medalha dos 200 anos do TJMA, entregue pelo desembargador Antonio Guerreiro Júnior



Desembargadora Nelma Sarney e a Terezinha Guerreiro



O Repórter PH recebendo a medalha dos 200 anos do TJ, entregue pela presidente eleita Cleonice Freire



Desembargador Federal Reynaldo Soares da Fonseca com o presidente nacional da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho (maranhense), governadora Roseana Sarney, deputado Sarney Filho e Gervásio Protásio dos Santos Filho



Des. Guerreiro Jr. com João Castelo e sua filha Gardeninha e o des. Jamil Gedeon Neto



Helena Duailibe (vereadora) e o marido Afonso Manoel Ferreira (deputado estadual) recebendo suas medalhas



Maria Izabel Pereira Rodrigues



Cleoneice Freire e Luiz Fernando Silva



Reitor Natalino Salgado Filho



José Benedito Buhatem entre a esposa Ana Elvira e a filha Larissa



Roseana Sarney e o cel. José Ribamar Vieira



Senador Edison Lobão Filho com os desembargadores Guerreiro Júnior e Cleones Cunha



Deputado Arnaldo Melo e Valderês com os desembargadores Nelma Sarney e Guerreiro Júnior



Desembargadores Ricardo Duailibe, Marcelino Everton e Guerreiro Jr.



Des. Marcelo Carvalho Silva, Kleber Carvalho e Jorge Rachid Maluf



Des. Froz Sobrinho e Marcus Vinicius Fonseca



Des. José Bernardo Rodrigues e o deputado Sarney Filho



O Repórter PH entre Dulce Clementino, Nice Lobão e Roseana Sarney



A governadora Roseana Sarney entre dois jornalistas homenageados pelo TJ: Felix Alberto Lima e o PH

Bicentenário



De Jesus

INSTALADO EM 4 DE NOVEMBRO de 1813 e considerado a terceira corte mais antiga do país, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) comemorou segunda-feira (4) seu bicentenário com entrega dos 718 exemplares da Medalha 200 Anos e exposição com peças que contam a história da instituição. A sessão solene especial aconteceu no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, em São Luís. Estiveram presentes à solenidade representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Fórum Mundial de Direitos Humanos está com inscrições abertas

Evento debaterá temas sociais importantes em Brasília de 10 a 13 de dezembro deste ano

De 10 a 13 de dezembro, organizações nacionais e internacionais que atuam em defesa dos direitos humanos se reunirão em Brasília (DF) para participarem do Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH). Os interessados em participar do evento podem se inscrever gratuitamente até o dia 9 de dezembro. A iniciativa é da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O fórum tem o objetivo de promover um debate público sobre direitos humanos, e analisar os avanços e desafios na área, observando o respeito às diferenças, a participação social, a redução das desigualdades e o enfrentamento de violações de direitos.

Para isso, serão realizados debates, conferências e atividades autogestionadas com base nos seguintes eixos temáticos: *Direi-*

Público-alvo

- Organizações da sociedade civil organizada;
- Sociedade civil;
- Organizações internacionais;
- Governos federal, estaduais e municipais;
- Poder Judiciário;
- Poder Legislativo;
- Instituições de ensino, pesquisa e afins.

tos Humanos como bandeira de luta dos povos, A universalização de direitos humanos em um contexto de vulnerabilidades e A transversalidade dos direitos humanos. Especialistas de renome internacional devem contribuir com assuntos como Direitos Humanos e Mobilização Social, Direito à Memória, Verdade e Justiça, Paradigmas de redução de desigualdades com base em direitos humanos e Defesa dos direitos humanos e o enfrentamento às violências.

STF julgará este mês processos contra planos

Ações individuais referentes a ressarcimento por perdas estão suspensas desde 2010; quatro recursos serão analisados pelo plenário da Suprema Corte

Mariana Oliveira
Do G1

BRASÍLIA - O Supremo Tribunal Federal marcou para o próximo dia 27 de novembro julgamento que pode definir o futuro de quase 400 mil ações no Judiciário que pedem o ressarcimento por perdas na caderneta de poupança decorrentes de planos econômicos passados. A análise desses processos está parada desde 2010 em todos os tribunais por decisão do ministro Dias Toffoli, relator do caso no Supremo.

Nas décadas de 80 e 90, como tentativa de conter a hiperinflação, foram criados planos que alteraram o cálculo da correção dos saldos de poupança: planos Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991).

Muitas pessoas que tinham dinheiro na poupança naquela época entraram na Justiça com ações individuais. Entidades como o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e a Defensoria Pública da União também entraram com ações coletivas, ações civis públicas, que podem beneficiar diversas pessoas caso a decisão seja favorável aos consumidores.

O Supremo vai analisar quatro recursos sobre o tema e para os quais o tribunal reconheceu a chamada repercussão geral, quando a decisão do STF deverá ser adotada por outras instâncias da Justiça.

Somente em relação aos pla-



O ministro Dias Toffoli decidiu parar julgamento de processos de ressarcimento por perdas na poupança

nos Bresser e Verão há 279.365 ações aguardando decisão do Supremo. Sobre o plano Collor I são 74.463 processos e sobre o Collor II são 42.121.

Correção - O STF vai analisar, no julgamento do recurso, os índices de correção a serem adotados para o pagamento das perdas nos quatro planos econômicos e pode discutir sobre o prazo de prescrição das ações. Ou seja, vai decidir o prazo no qual as entidades deve-

riam ter protocolado ações judiciais em nome das pessoas que se sentiram lesadas.

Em relação às ações individuais, há entendimento de que o prazo é de 20 anos a contar do prejuízo.

No caso das ações coletivas, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que é de cinco anos. O entendimento foi de que, como a Lei da Ação Civil Pública não estipula o prazo de prescrição, deveria ser como na Lei da Ação Popular, que defi-

ne os cinco anos. Entidades, no entanto, queriam 20 anos.

Prescritos - Pelo prazo de prescrição que está no entendimento atual, de 20 anos, os consumidores já não podem entrar com novas ações individuais contra os planos Bresser, Verão e Collor I. Nesses casos, conforme especialistas, os consumidores que foram lesados devem procurar entidades de defesa do consumidor que já estão com ações em andamento.

Divulgação

Secretário Aluísio Mendes participa de Fórum de Segurança em São Luís

O secretário Aluísio Mendes participou, na sexta-feira (8), do I Fórum de Discussão "Segurança com Cidadania". O evento, promovido pelos Conselhos Comunitários de Segurança Pública da Região Metropolitana, reuniu, além dos gestores do Sistema de Segurança do estado, representantes dos 24 conselhos e discutiu, entre vários aspectos, a aplicabilidade de políticas de segurança.

Pela manhã, durante os trabalhos, Aluísio Mendes mostrou às lideranças comunitárias, dados referentes à realidade nacional de segurança pública. Segundo ele, a Região Metropolitana não foge à situação de outros

estados e, em alguns casos, apresenta índices de violência menores em relação a outras capitais, como Fortaleza e Recife.

Além destes pontos, foram discutidos a reestruturação e a organização dos Consegs, importância do concurso público, entre outras temáticas.

"Estes espaços são de suma importância para que possamos, de forma conjunta, traçar estratégias de ação das polícias no enfrentamento à violência. Hoje temos certeza que já avançamos muito no que se refere a desmitificar a visão de que o policial trabalha distante da população. Atualmente, temos o projeto

da USC que trabalha em total parceria com a comunidade. Na Vila Luizão, onde foi instalada, já reduzimos mais de 70% o número de ocorrências", pontuou Aluísio Mendes.

Em outro painel realizado no período da tarde, participaram representantes da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Maranhão (OAB/MA), Ministério Público Estadual (MPE) e Tribunal de Justiça (TJ).

Ao final do encontro, os Conselheiros de Segurança entregaram às mãos do secretário de Segurança um documento contendo uma agenda de compromissos assinado pelas instituições presentes. O documento contém ações

a serem implantadas a curto, médio e longo prazo.

A conselheira Anamélia Amaral, do bairro Cohatrac, afirmou que a reunião é uma articulação de todas as lideranças de São Luís. "Nosso intuito é que cada instituição assumira seu papel e que nós, cidadãos, possamos participar das decisões", comentou a líder comunitária.

Participaram ainda o secretário adjunto de Desenvolvimento e Articulação Institucional, coronel Antonio Roberto dos Santos Silva; o deputado federal Lourival Mendes, a Ouvidora de Segurança Pública, Elivânia Estrela, além de outras autoridades e lideranças comunitárias.

TRE: POSSE



Juíza Maria José é empossada membro substituto do TRE

Em cerimônia realizada no gabinete da presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, na tarde desta sexta-feira (8), Maria José França Ribeiro tomou posse como membro substituto do órgão, na categoria juiz de direito. Participaram do ato o desembargador José Ribamar Froz Sobrinho (presidente em exercício do TRE), o ministro Edison Lobão (ministro de Minas e Energia), o senador Edison Lobão Filho, o juiz Raimundo Neris Ferreira (auxiliar da Corregedoria), o jurista Sérgio Muniz (membro da Corte) e o advogado Daniel Blume. "Desejo sorte à empossada no exercício de função tão importante", disse o presidente. A magistrada agradeceu, prometendo cumprir com as exigências do cargo.

PERFIL

Maria José França Ribeiro - com pós-graduação em Direito Constitucional, Penal e Processual Penal - foi promotora de Justiça (1991/1993) e juíza de direito nos municípios de São Mateus, Viana, Vitorino Freire, Itapecuru e São Luís, para onde foi promovida por merecimento há 4 anos. Na capital, atuou como auxiliar nas varas de família, júri, fazenda pública e cível. Atualmente, é titular do 7º Juizado Cível das Relações de Consumo.

ORIENTAÇÕES

A Coordenadoria de Assuntos Judiciários e Correccionais, setor da Corregedoria Regional Eleitoral do Maranhão, repassou aos partidos políticos na tarde desta sexta-feira (8) orientações acerca do pedido de veiculação da propaganda partidária gratuita, por meio de inserções em rádios e televisões do estado, com vistas a evitar atropelos na formação da grade geral de horários para 2014. A principal diz respeito ao prazo final, que se encerra no dia 1º de dezembro de 2013. A COJUC chama atenção também para a complementação dos documentos que subsidiam o pedido, a qual deverá ocorrer até este prazo. Para dirimir eventuais dúvidas, o contato com a Coordenadoria poderá ser feito através do telefone (98) 2107-8774 ou pelos emails cre@tre-ma.jus.br; alexjan.sousa@tre-ma.jus.br e larissa.soares@tre-ma.jus.br.

PALESTRA

A ministra Cármen Lúcia, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), afirmou nesta sexta-feira (8), na abertura do seminário "Os Tribunais de Contas e a Justiça Eleitoral - Aplicação da Lei Complementar nº 135/2010", que a efetividade das leis eleitorais, inclusive da Lei da Ficha Limpa, depende da atuação dos cidadãos. Segundo ela, não há como acabar com a corrupção apenas pela atuação do Estado. A ministra ainda lembrou que "a luta para a aplicação da Lei da Ficha Limpa não foi fácil" e que todo mundo tem que fazer todo dia a sua parte no combate à corrupção eleitoral, "uma luta dura, difícil e permanente". Para Cármen Lúcia, "a corrupção e as drogas são os dois principais problemas da humanidade atualmente".

Projeto Cultural Esman

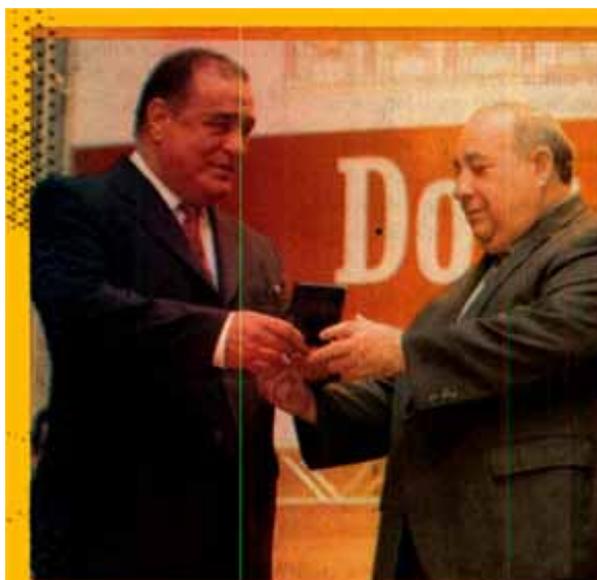


Música, teatro, cinema, exposição fotográfica, poesia e artes plásticas terão lugar reservado na 6ª edição do projeto cultural da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM). Com espaço para a apresentação de trabalhos artísticos de servidores e magistrados do Judiciário estadual, este ano o projeto homenageia os 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão com muita arte. Além da Mostra de Talentos do Judiciário, o projeto contará com o espetáculo "Pão com Ovo", da Santa Ignorância Companhia de Artes. O evento cultural é aberto à comunidade, com entrada gratuita, e será realizado no dia 22 de novembro, a partir das 17h, no Centro de Criatividade Odylo Costa, Filho - Praia Grande.



***Jorge Rachid foi um
dos homenageados na
noite em que foram
comemorados os 200
anos do Tribunal de
Justiça do Maranhão.***

PÁGINA 4



Os desembargadores Jorge Rachid e Guerreiro Júnior



Os juízes Fernando Mendonça, Oriana Gomes e Gisa Fernandes



Geraldo Castro e a juíza Larissa Tupinambá Castro

Homenagens nos **200 anos** do Tribunal de Justiça

Comemorado na segunda-feira, 4, no Centro de Convenções de São Luís, o bicentenário do Tribunal de Justiça reuniu a mais alta instância do Judiciário maranhense, além de autoridades e políticos. Durante o evento foram entregues 700 medalhas em homenagem à contribuição prestada ao TJMA. A medalha, instituída através da Resolução nº 55 de 23 de outubro de 2013, foi criada e idealizada pelo decano do Tribunal de Justiça, desembargador Fernando Bayma Araújo.



Arnaldo Melo, Edimar Cutrini, a governadora Rosana Samey e Magno Barcelar



Secretário Luis Fernando e o deputado Antônio Pereira



O desembargador Guilherme Júnior entregando homenagem ao prefeito Edivaldo Holanda Junior



Antônio Miramar, Arthur Almeida Lima e a desembargadora Etelvina Ribeiro Gonçalves



O deputado federal Sétimo Inácio



O vereador Antônio Ivaziz Perceirinha



O reitor da UFMA, Natalino Salgado Filho, com os juizes federais Roberto Veloso e Fernando Fonseca



O diretor de redação de O Imparcial, Raimundo Borges, Benedito Buzar, José Antônio Heloy, Jacqueline e Helena Heloy

Conforto e alto luxo, a tônica nos três poderes

Contrário ao discurso de cortes de gastos, gabinetes do Judiciário, do Legislativo e do Executivo exibem mobiliário moderno, com conforto e até luxo para autoridades. A fim de manter o alto padrão da decoração, os três poderes devem gastar ainda este ano R\$ 1.412.469,44 com vasos ornamentais, sofás e cortinas, televisores de 60 polegadas e até um glamoroso tapete vermelho alugado por conta do contribuinte.



INAUGURADO O "CENTRO DE CONCILIAÇÃO FACEMA"

Foi inaugurado na manhã da última segunda-feira, 04 de novembro, o "Centro de Conciliação da Facema". O evento foi prestigiado por autoridades políticas e judiciárias, entre eles o prefeito de Caxias, Leonardo Coutinho e o Juiz da 5ª vara da Família Dr. Antônio Manoel Araújo Veloso; além de diretores e coordenadores da IFS e acadêmicos do curso de Direito. O Centro é um espaço que prestará serviços de conciliação, com o propósito de fornecer resposta rápida às demandas das partes, com redução do tempo de tramitação processual. Os serviços do Centro de Conciliação da Facema serão oferecidos gratuitamente à comunidade e desenvolvidos por conciliadores voluntários da Facema, formados pelo Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão. A unidade será supervisionada pelo diretor do Fórum, Sidarta Gautama Farias Maranhão. O Juiz Titular da Vara da Família, Dr. Antônio Manoel Araújo Veloso, que na oportunidade representou o coordenador dos núcleos de conciliação de Caxias, falou sobre a importância da unidade para o judiciário do município. "O Centro de Conciliação vai ajudar a desafogar o judiciário, pois muitos processos poderão ser resolvidos com um acordo amigável antes mesmo de ser judicializado", explicou. Os Serviços de Conciliação prestados pelo Centro de Conciliação FACEMA podem ser

relacionados às causas de direitos do consumidor, união estável, reconhecimento de paternidade, situação de discriminação e violência, danos material e moral, entre outros conflitos. "O curso de Direito existe há 02 apenas anos na Facema, mas já podemos dispor de uma unidade importante para o desenvolvimento acadêmico e social. Os conciliadores que prestarão seus serviços poderão agregar conhecimento aliando teoria à prática, com uma vivência importante para o curso", disse o coordenador do curso de Direito da Facema, Prof. Dotonando Giorge André Lando. O Centro de Conciliação Facema prestará atendimento de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Conciliadores

Os conciliadores são acadêmicos do 4º período de Direito, que participaram do "Curso de Formação de Conciliadores". O curso aconteceu entre os dias 14 e 25 de outubro, numa parceria da Facema com o Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão. As conciliações serão coordenadas pelos professores conciliadores da Facema Patrícia Ximenes e Giorge André Lando. Todos os acordos realizados pelo Centro de Conciliação serão validados judicialmente por um Juiz.

Justiça nega liberdade a atropelador de vendedor



A juíza Joelma Santos Sousa negou, na quinta-feira (7), o pedido de liberdade pedido de habeas corpus formulado pelo advogado de Diego Anderson Silva Caminha. Diego atropelou e matou o vendedor Durval Oliveira Pereira Júnior no sábado (2), na Estrada da Maioba, em Paço do Lumiar. Com a decisão, o acusado permanece preso no Centro de Detenção Provisória (CDP).

Num trecho da decisão, a magistrada diz considerar “impreterível o pronunciamento do Ministério Público”.

A defesa de Diego alegou que o réu possui residência fixa, família constituída profissão lícita e bons antecedentes. Ainda assim, o pedido de liberdade foi indeferido.

Diego Caminha foi preso na terça-feira (5), logo após ter alta médica. Ele foi autuado na Delegacia do Bequimão pelo delegado Jeferson Portela.

Segundo testemunhas, o atropelador seguia em alta velocidade pela estrada da Maioba e bateu de frente com a motocicleta conduzida por Durval, que morreu no local. O motorista aparentava sinais de embriaguez. *(Redação do JP)*

Demanda grande

Apesar de vários magistrados já mandados para casa, condenados por irregularidades nas suas funções, mais e mais juízes continuam sendo acusados e julgados por supostos atos irregulares.

Na sessão do Pleno do Tribunal de Justiça da última quarta-feira, 06.10.2013, apenas os juízes Douglas Airtton Amorim e Thales Ribeiro de Andrade tinham nada menos que dois processos cada um na pauta.

Projeto da escola judicial integra catálogo comemorativo do mês da Cultura

A agenda cultural editada pela Secretaria de Estado da Cultura pôs dentre os importantes eventos, o projeto cultural da Escola Superior da Magistratura do Maranhão. O ESMAM Cultural integra, pelo segundo ano consecutivo, o roteiro cultural maranhense.

A publicação liga os holofotes da movimentada cena artística maranhense para os eventos culturais que serão realizados no Maranhão todo, em novembro, mês significativo para o mundo cultural, pelas comemorações ao Dia Nacional da Cultura (dia 5).

Na programação do ESMAM Cultural, shows musicais, exposição de fotografias, poesia, artesanato, espetáculos teatrais, dentre os quais a peça "Pão com Ovo", da Santa Ignorância Companhia de Artes, além da exibição de produções audiovisuais sobre a Justiça Maranhense e os 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão, feitas por servidores, e do curta "Acalanto", premiado com cinco kikitos no festival de cinema de Gramado de 2013.

O projeto da ESMAM firmou-se como espaço para a apresentação de trabalhos de artistas locais e, essencialmente, de servidores e magistrados do Judiciário estadual, como forma de aproximar a arte do Judiciário.

A 6º edição do ESMAM Cultural será realizada dia 22 de novembro, a partir das 17 horas, no Centro de Criatividade Odylo Costa Filho - Praia Grande. A entrada é gratuita.

Secretário Aluísio Mendes participa de Fórum de Segurança em São Luís

O secretário Aluísio Mendes participou, nesta sexta-feira (8), do I Fórum de Discussão “Segurança com Cidadania”. O evento, promovido pelos Conselhos Comunitários de Segurança Pública da Região Metropolitana, reuniu, além dos gestores do Sistema de Segurança do estado, representantes dos 24 conselhos e discutiu, entre vários aspectos, a aplicabilidade de políticas de segurança.

Pela manhã, durante os trabalhos, Aluísio Mendes mostrou às lideranças comunitárias, dados referentes à realidade nacional de segurança pública. Segundo ele, a Região Metropolitana não foge à situação de outros estados e, em alguns casos, apresenta índices de violência menores em relação a outras capitais, como Fortaleza e Recife. Além destes pontos, foram discutidos a reestruturação e a organização dos Conselhos, im-

portância do concurso público, entre outras temáticas.

“Estes espaços são de suma importância para que possamos, de forma conjunta, traçar estratégias de ação das polícias no enfrentamento à violência. Hoje temos certeza que já avançamos muito no que se refere a desmitificar a visão de que o policial trabalha distante da população. Atualmente, temos o projeto da USC que trabalha em total parceria com a comunidade. Na Vila Luizão, onde foi instalada, já reduzimos mais de 70% o número de ocorrências”, pontuou Aluísio Mendes.

Em outro painel realizado no período da tarde, participaram representantes da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Maranhão (OAB/MA), Ministério Público Estadual (MPE) e Tribunal de Justiça (TJ). Ao fim do encontro, os Conselheiros de Segurança

entregaram às mãos do secretário de Segurança um documento contendo uma agenda de compromissos assinado pelas instituições presentes. O documento contém ações a serem implantadas a curto, médio e longo prazo.

A conselheira Anamélia Amaral, do Bairro Cohatrac, afirmou que a reunião é uma articulação de todas as lideranças de São Luís. “Nosso intuito é que cada instituição assuma seu papel e que nós, cidadãos, possamos participar das decisões”, comentou a líder comunitária.

Participaram ainda o secretário adjunto de Desenvolvimento e Articulação Institucional, coronel Antonio Roberto dos Santos Silva; o deputado federal Lourival Mendes, a Ouvidora de Segurança Pública, Elivânia Estrela, além de outras autoridades e lideranças comunitárias.

Os 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão

O Tribunal de Justiça do Maranhão chega a 200 anos. A advocacia reconhece os avanços alcançados pelo Judiciário Maranhense, ao tempo em que aponta a necessidade de que novas conquistas possam ser alcançadas para assegurar aos maranhenses mais direitos e mais cidadania.

Os advogados maranhenses se somam aos magistrados, dirigentes e funcionários do Tribunal de Justiça do Maranhão, na celebração dos seus 200 anos, lembrar os feitos históricos é fundamental para atuar no presente e pensar o futuro. A OAB/MA reafirma seu compromisso de estar sempre ao lado daqueles que pugnam por um Poder Judiciário melhor, na permanente busca pelo aperfeiçoamento das instituições do Estado de Direito, lembrando que sem Tribunais independentes não há democracia.

Que no marco da passagem desses 2 séculos de história, possamos juntos reafirmar nossos compromissos, da advocacia e da magistratura, com a Justiça, com os Direitos Fundamentais e com o Estado de Direito.

Mário Macieira
Presidente da OAB/MA



OAB & Você. Sempre.

«A MAIS BELA FUNÇÃO DA HUMANIDADE É A
DE ADMINISTRAR A JUSTIÇA» (Voltaire)



Parabenizamos o Tribunal de Justiça do
Maranhão pelos seus 200 anos de existência!

ADALBERTO LEITE IMÓVEIS

Segurança e Credibilidade há mais de 50 anos!

TEL.: 4009.6462

Rua São Pantaleão - 350 • Centro

000001-1-0216



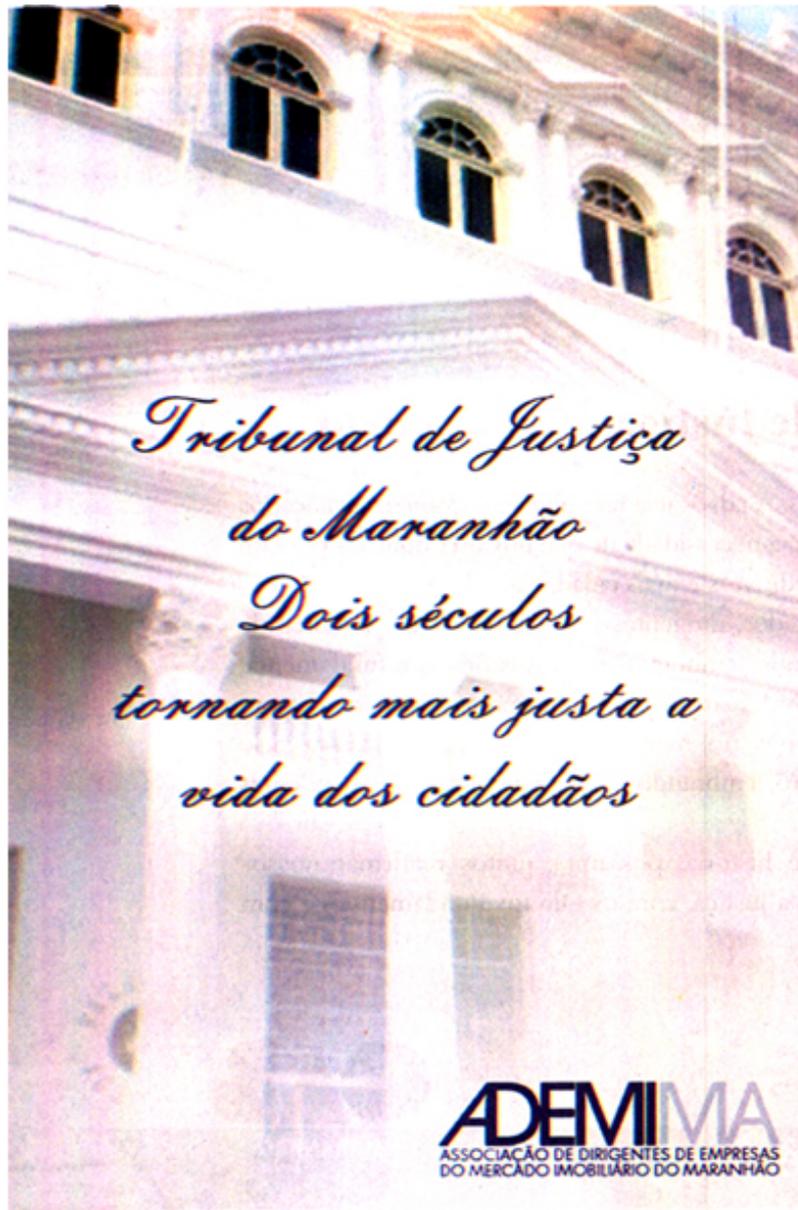
Parabéns, Tribunal de Justiça do Estado.

Há 200 anos, um grande aliado na luta por um Maranhão mais justo.

Os desafios vencidos nesses dois séculos de história e luta fortalecem a nossa convicção de que na soma de forças e na ação harmoniosa dos poderes trilharemos sempre o melhor caminho.


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
A Serviço do Maranhão
www.al.ma.leg.br

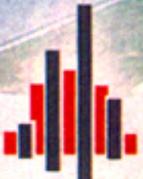
Homenagem da Assembleia Legislativa aos 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão.





Parabéns,

**Tribunal de Justiça
do Maranhão,
há 200 anos
contribuindo para
o fortalecimento
da sociedade**


SINDUSCON-MA

Homenagem

O defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, foi condecorado com a Medalha 200 Anos, concedida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, pela passagem do aniversário da instalação da corte estadual, em solenidade ocorrida nesta semana, no Centro de Conven-

ções de São Luís.

Cerca de 700 autoridades civis, militares e religiosas, personalidades e servidores do Poder Judiciário receberam a medalha pela valorosa contribuição com o desenvolvimento do Judiciário maranhense.



O DEFENSOR GERAL com o presidente do TJ, Antonio Guerreiro Júnior



O HOMENAGEADO COM os defensores públicos Clarice Binda e Werther de Moraes Lima Júnior



ALDY MELLO Filho com os pais Aldy Mello de Araújo e Maria do Carmo



O DEFENSOR GERAL com o des. do TRT, Gerson de Oliveira, e a esposa, a procuradora Mariléa Costa

A TRAJETÓRIA DA CORTE JUDICIÁRIA

Tribunal de Justiça do Maranhão é o terceiro mais antigo do Brasil

A história do Tribunal de Justiça do Maranhão reflete a própria evolução da Justiça maranhense, que em 1813 ganhou a terceira mais antiga Corte brasileira. Com a fundação de São Luís, em 1612, a partir de quando a lei começou a ser aplicada no Maranhão, foram instituídos os primeiros ordenamentos jurídicos, especificamente o Código Filipino, que norteara a atividade judicante na Corte e nos seus domínios ultramarinos. Que se saiba, o primeiro juiz letrado que geriu os assuntos da Justiça no Maranhão foi Luiz de Madureira, que ao lado de Bento Maciel Parente e Salvador de Melo, integrou uma junta no ano de 1616. A parte a sequência cronológica institucional da Justiça maranhense, são fatos os episódios envolvendo querelas entre os poderes locais. Há ocorrências curiosas, como a da partilha dos índios, em 1679. Dom Gregório dos Anjos, nomeado 1.º Bispo do Maranhão e Presidente da Junta das Missões deveria fazer a divisão dos índios cativos. Pela praxe da época, deveria ser um terço destinado às aldeias, outro tanto aos colonos, e um último entregue às ordens religiosas. Ao Ouvidor-Geral, Tomé de Almeida Oliveira, caberia, em grau de recurso, decidir as dúvidas suscitadas. Dom Gregório não agiu com honestidade na repartição dos silvícolas determinando para sua pessoa nada menos que 300 índios, mandando-os em cativeiro para suas roças de cravo, atividade que pelos Regimentos dos Governadores e leis eclesiásticas lhe era defesa. Surgiu a crise e estava lavrada a primeira grande luta entre o Clero e a Justiça.

Some-se a isso o fato de que, sob ameaças de excomunhão, D. Gregório fez parar um navio abarrotado de cravo, em infringência ao disposto no Alvará de 31.03.1680, que proibia bispos e governadores de prática comercial. Homem enérgico e orgulhoso, habituado ao luxo da Corte, o cônego não se conformaria que qualquer Ouvidor, perdido nos rincões do Maranhão, lhe fosse obstáculo. Acirrou-se a luta. O Tribunal do Juízo da Coroa, criado desde 1660, foi convocado pelo Ouvidor-Geral. Instaurou-se o processo e o Bispo foi intimado. Mais atacava do que defendia-se e a cada réplica arrebanhava mais e mais inimigos. Foi julgado à revelia e, mais tarde, reprimido duramente em carta pela Coroa. Em 1777, criou-se a Junta da Justiça por inspiração do Marquês de Pombal, à época Ministro do Rei Dom José I, de Portugal. É em 1811 que se institui no Brasil o seu terceiro Tribunal, a Relação Maranhense, instalada em São Luís a 04 de novembro de 1813, jurisdicionando do Ceará ao Amazonas e só extinta com a proclamação da República, em 1889. Na sequência das Cortes colegiadas seguem-se estes Tribunais: Superior Tribunal de Justiça (1891); Corte de Apelação (1934); Tribunal de Apelação (1937) e finalmente Tribunal de Justiça, a partir de 1947. Foi no ano de 1948 que o Tribunal de Justiça do Maranhão passou a ter sede própria, à Praça Pedro II, e cuja construção fora iniciada pelo interventor Paulo Ramos, concluída pelo Governador Sebastião Archer e inaugurada pelo Presidente da República Eurico Gaspar Dutra.

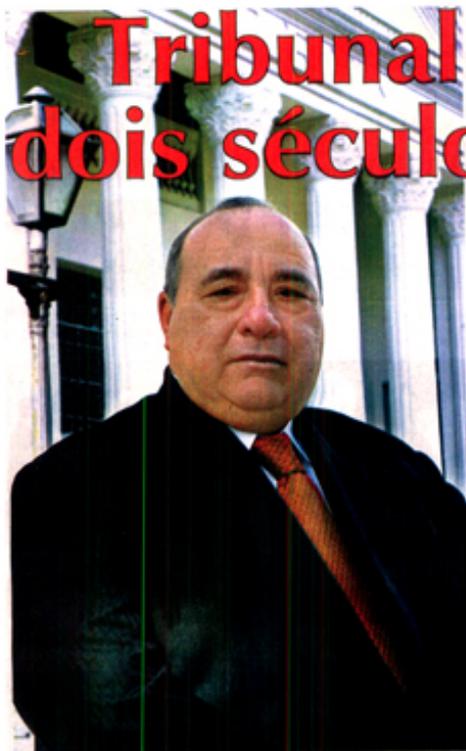


A todos os magistrados, parabéns pelos 200 anos da instalação do Tribunal de Justiça do Maranhão!

O Poder Judiciário, um dos pilares da nossa democracia, trabalha pela garantia do cumprimento da lei, sintonizando com os anseios da sociedade maranhense.

DEPUTADO FEDERAL
CARLOS BRANDÃO

Tribunal de Justiça: dois séculos de história



GUERREIRO JÚNIOR, presidente do Tribunal de Justiça, condecorou personalidades

Aniversário é comemorado com a condecoração de várias autoridades e servidores do Poder Judiciário

Ao presidir a solenidade comemorativa dos 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), segunda-feira (04), o presidente da Corte, Antonio Guerreiro Júnior, condecorou 700 personalidades que vêm contribuindo com o fortalecimento deste poder: políticos, magistrados e servidores.

Em breve discurso, o desembargador ressaltou o progresso da Corte estadual na qualidade da prestação de serviços ao cidadão e dedicou a solenidade à memória de todos os julgadores que contribuíram para a paz social.

“Sem esquecer a lição de que a história é feita pelos homens, estamos homenageando também as biografias de todos os julgadores do Maranhão, esses homens corajosos que contribuíram para a paz da comunidade e que ficaram no anonimato”, declarou o presidente.

Segundo o desembargador, a instalação da Relação do Maranhão “significou um passo decisivo para a garantia do acesso à Justiça de um povo esquecido e à mercê da prepotência de governadores e bispos que manipulavam a justiça nesse território”.

Trajetória – Guerreiro Júnior enalteceu as conquistas e desafios enfrentados e superados, que engrandeceram a trajetória institucional do Tribunal, notadamente no campo administrativo, com reflexo na

área jurisdicional.

Dentre as realizações mencionadas, o desembargador destacou a instalação de novos fóruns; a informatização dos procedimentos; condições dignas de trabalho a magistrados e servidores, para não haver alteração no ritmo dos serviços forenses e a promoção contínua de concursos em busca de profissionais competentes para movimentar a máquina judiciária.

Também foram apontados avanços no progresso dos serviços judiciários: a instalação do centro de processamentos de dados; a implantação de centros de conciliação; portal da transparência; Ouvidoria; Telejudiciário e mutirões carcerários, entre outros.

“Toda essa política de gestão do Poder Judiciário tem assegurado o prestígio e o reconhecimento da nossa eficiência, confirmada pela divulgação do CNJ de que o Tribunal de Justiça do Maranhão está entre os quatro melhores do país em produtividade e movimentação processual”, disse o magistrado.

Por fim, o presidente do TJMA disse que, para resumir a história do Tribunal de Justiça, a melhor expressão do que foi feito ao longo dos duzentos anos foi a frase escolhida pela campanha institucional de divulgação do bicentenário: “Dois séculos fazendo Justiça”.

TJ comemora bicentenário com entrega de medalhas

O aniversário do Tribunal de Justiça foram comemorados no Centro de Convenções, oportunidade em que o presidente Antonio Guerreiro Júnior distinguiu 700 personalidades com a "Medalha 200 anos", comemorativa do bicentenário. Cada desembargador do colegiado indicou cinco nomes para receber a comenda. A medalha especial foi instituída em sessão administrativa do colegiado, como parte das comemorações alusivas à passagem do aniversário de instalação do Tribunal de Justiça, a terceira corte de Justiça estadual mais antiga do país, ocorrida em 4 de novembro de 1813.

Confira os melhores momentos da solenidade



CLEONES CUNHA e Guerreiro Júnior



GUERREIRO JÚNIOR e Froz Sobrinho



GUERREIRO JÚNIOR e Lourival Serejo



GUERREIRO JÚNIOR e Marcelino Ewerton



GUERREIRO JÚNIOR José Bernardo Rodrigues



RAIMUNDA BEZERRA e Guerreiro Júnior



GUEREIRO JÚNIOR e Raimundo Melo



ANILDES CRUZ e Guerreiro Júnior



BENEDITO BELO e Guerreiro Júnior



PAULO VELTEN e Guerreiro Júnior



Ricardo Duailibe e Guerreiro Júnior



RAIMUNDO BARROS e Guerreiro Júnior



VICENTE DE PAULA e Guerreiro Júnior



JOSÉ JOAQUIM Figueiredo e Guerreiro Júnior



JOSÉ LUIZ Almeida e Guerreiro Júnior



MARCELINO EVERTON e Guerreiro Júnior



MARCELO CARVALHO e Guerreiro Júnior



JORGE RACHID Cleones Cunha e Jamil Gedeon



ROSEANA SARNEY e Guerreiro Júnior



GUERREIRO JÚNIOR e Arnaldo Melo



GUERREIRO JÚNIOR e Edivaldo Holanda Jr.